



ONFRAY, Michel. **Tratado de ateologia**: física da metafísica. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Paulo Jonas de Lima Piva

Doutor em Filosofia pela USP, pesquisador de pós-doutorado pela FAPESP, Professor da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP - Brasil, e-mail: prof.piva@usjt.br

Já era hora. Com o desmoronamento do stalinismo no leste europeu e do ateísmo de Estado nos países sufocados pelo seu domínio, muita coisa mudou no mundo. Hoje, a burguesia protestante, a plutocracia judaica, os *sheiks* do petróleo, as oligarquias católicas da América Latina e o alto clero do Vaticano respiram mais aliviados, além de sorrirem triunfantes, afinal, o comunismo ateu como projeto histórico não assusta mais ninguém. Todavia, se por um lado o comunismo parece inofensivo na atual conjuntura histórica, por outro, o ateísmo, agora não mais um monopólio do marxismo, continua incomodando muita gente. Dentre os incomodados seguramente não está mais o capital. Ocorre que os autores ateus resolveram – ou conseguiram – finalmente sair dos guetos nos quais estiveram por muito tempo confinados. Dissociado da foice e do martelo, o ateísmo desponta nesta primeira década de século como uma mercadoria promissora para o megamercado editorial, o qual decidiu apostar alto nessa novidade de consumo para o grande público.

Mas nem tudo neste planeta globalizado parece ser *business*. A reação ao despertar dos autores ateus via mídia foi imediata e implacável. Carolas de todas as estirpes e meios, das faculdades de teologia aos cadernos de cultura e às revistas semanais, entraram em histeria, colocando a fé religiosa mais uma vez como vítima de perseguição. O lançamento quase simultâneo dos livros *Tratado de ateologia: física da metafísica*, de Michel Onfray, *Deus*,

um delírio, de Richard Dawkins, *Deus não é grande*, de Christopher Hitchens, e *Quebrando o encanto*, de Daniel Dennet – todos traduzidos para o português –, levou muitos religiosos assumidos ou travestidos de laicos a conclusões precipitadas e previsões alarmistas, a principal delas, a do surgimento de um temerário e antidemocrático “fundamentalismo ateu”.

Quanto exagero e leviandade! Sendo o ateísmo uma doutrina como outra qualquer, ela pode, dependendo do ateísmo em questão, exprimir-se como uma crença dogmática, portanto, resvalar eventualmente num fundamentalismo intolerante e antidemocrático. Contudo, não se trata de uma regra, pois há vários modos de ser ateu. Trata-se, no fundo, da projeção sobre os autores ateus de um comportamento que é típico e histórico das instituições, dos asseclas e dos ideólogos das religiões. A propósito, quanta intolerância por parte desses cães de guarda da fé! Quanta suscetibilidade à crítica! Quanto medo da divergência e sobretudo do confronto de ideias! E ainda mais numa época em que a democracia liberal, com os seus valores de liberdade de pensamento e expressão, de defesa do pluralismo e de abertura e incentivo ao debate, consolidasse como o regime politicamente correto por excelência!

Ao que parece, estamos diante de dois pesos e duas medidas. Intoxicar a mente e o coração das pessoas com os contos fantasiosos dos evangelhos é permitido; captar dízzimos junto a pessoas humildes e aflitas não é crime; difundir os dogmas morais misóginos e homofóbicos de Alá não é discriminação; mutilar arbitrariamente, por motivo de fé, indefesos recém-nascidos com a circuncisão não é um ato de barbárie; fomentar o estereótipo de que toda pessoa sem religião seria louca ou imoral não é injúria ou difamação. Em contrapartida, escrever e teorizar sobre as religiões interpretando-as como mitologias sem consciência de si ou como ficções que relutam em não se admitir como tais, e demonstrar que a ideia de divindade é uma fábula alienante ou um subterfúgio infantil, isto, no entender dos nossos religiosos democratas, não convém se alastrar; é perigoso, advertem tensos e preocupados os fiéis mais ardorosos; tratar-se-ia, repetem em uníssono os cães de guarda da fé, de um inaceitável desrespeito contra o sentimento religioso de um povo e de uma odiosa intolerância contra Deus e a fé.

Michel Onfray é um dos principais alvos dessa reação intolerante e alarmista por parte dos nossos religiosos democratas. O seu *Tratado de Ateologia* é sem dúvida um dos mais contundentes escritos ateus dessa leva. Estima-se que mais de duzentos mil exemplares da obra tenham sido vendidos só na França. Reivindicando o espólio crítico da esquerda das Luzes francesas, isto é, da radicalidade, do vigor e da militância anti-religiosa de filósofos

materialistas e ateus como o padre Jean Meslier, o médico La Mettrie, o Barão de Holbach e o autor do *Dicionário dos Ateus*, Sylvain Marechal, Onfray faz do seu livro um libelo tão demolidor quanto sedutor contra os três monoteísmos preponderantes no planeta, a saber, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. A finalidade do seu empreendimento? “Aumentar as Luzes”. Em outras palavras, contribuir para que o homem finalmente saia da sua condição de minoridade e alcance a sua maioridade, na trilha do *Alfklarung* de Kant.

O ponto de partida da sua “ateologia” – termo emprestado de George Bataille – surpreende. Ao invés de endossar o anúncio deicida do louco do mercado que aparece no aforismo 125 de *A gaia ciência*, de Nietzsche, Onfray, um entusiasta divulgador de um “nietzschianismo de esquerda”, afirma exatamente o contrário: embora a morte de Deus seja uma boa notícia, ela é falsa e ilusória. De acordo com o seu diagnóstico, “Deus ainda respira”, e com muito mais fôlego do que alguns imaginam, pois “uma ficção não morre, uma ilusão não expira nunca, não se refuta um conto infantil”. E arremata: “Estamos a anos-luz de um tal progresso ontológico [...]”.

Na verdade, quem mata é Deus. Para Onfray, Deus mata tudo o que lhe resiste. Ou seja, Deus assassina a razão, a inteligência, o espírito crítico, a liberdade, o prazer, o instinto, a felicidade. Assim sendo, o *niilismo* impera crônico sobre a nossa cultura e sobre a nossa relação com a vida. É contra esse culto e essa paixão pelo *Nada*, contra esse olhar impotente e ressentido que despreza e calunia a vida, que tece subterfúgios para aqueles que não têm estrutura psicológica para encarar o real, que a ateologia de Onfray se posiciona. Sua perspectiva é a do *amor fati*, do dizer um Sim incondicional e trágico à vida.

No *Tratado de Ateologia*, Onfray também vira pelo avesso outra tese clichê: a de que sem Deus tudo é permitido, isto é, a tese de que nenhuma moral subsiste sem a fé num deus que remunera com o paraíso e pune com o inferno. No seu entender, além do ateísmo desanuviar um horizonte ético bastante alvissareiro, o contrário do clichê dostoiévskiano é que seria verdadeiro: com Deus é que tudo se torna permitido. Basta lembrar que as maiores calamidades históricas, da Inquisição ao 11 de setembro, passando pelo massacre físico e cultural dos índios da América Latina, foram feitas em nome de Deus. É por esta e outras razões similares que, para Onfray, a crença numa divindade consiste numa infantilidade mental, mais precisamente num sintoma de uma doença psicológica. Fazendo uso da psicanálise, Onfray não titubeia em suas afirmações. O deus judaico-cristão aparece no *Tratado* como a mais absurda de todas as

divindades, uma vez que se trata de uma abstração repleta de contradições, as quais o iluminismo francês soube explorar com maestria.

Investigando mais a fundo a patologia da fé religiosa, Onfray mostra que na história da humanidade encontramos divindades para todos os gostos, necessidades, conveniências e fantasias. Encontramos, por exemplo, a escatológica deificação da merda na figura do deus Stercorius; o culto ao lixo, por meio da veneração à divindade Cloacine; e até o culto ao peido, este representado pelo deus Crepitus. Já no caso do deus judaico-cristão, cuja representação é extremamente obscura e contraditória, teríamos o culto ao nada.

Quanto à figura de Jesus Cristo, Onfray não é menos contundente e taxativo no seu livro. Nenhum documento, nenhum vestígio confiável, nada de concreto sobre a sua existência física e histórica. De onde se segue que Cristo nunca existiu. Em nenhum instante da história da humanidade esse “redentor”, esse “filho de Deus”, passou pela Terra. Tudo não passaria de fábula, de um construto do imaginário humano e da astúcia política. Cristo teria existido como Zaratustra, Ulisses, Sísifo, ou como qualquer outro personagem lendário ou literário. Na verdade, sustenta Onfray, quem criou Jesus Cristo foi Marcos, um dos quatro evangelistas, no ano 70. Vale assinalar que nenhum dos quatro autores dos evangelhos conheceu o Cristo pessoalmente. Marcos foi acompanhante de Paulo de Tarso, o “São Paulo”, em sua peregrinação, de onde é possível inferir que este tenha sido uma das fontes de Marcos. Cabe ainda dizer que os evangelhos só foram escritos após a morte de Paulo, que também não conheceu Cristo pessoalmente. No fundo, a lenda de Jesus Cristo – e de tantas outras lendas religiosas – teria sido fruto das aspirações de homens e mulheres desesperados, num momento histórico em que o obscurantismo, a superstição, a fome e o sofrimento eram intensos, numa época em que não faltavam beatos, arautos do apocalipse e fanáticos religiosos prometendo redenções e paraísos.

E como o cristianismo teria se proliferado e se consolidado? Onfray atribui tal feito fundamentalmente à sagacidade política do imperador Constantino. Aproveitando-se da adesão em massa dos seus súditos ao cristianismo e em especial da máxima de São Paulo de que toda autoridade provinha de Deus, portanto, que caberia a todo cristão subordinar-se a essa vontade, Constantino não apenas se converteu ao cristianismo como ainda soube conquistar os cristãos com inúmeros agrados. Construiu templos, promoveu isenções de impostos a um clero em formação e capitaneou uma perseguição implacável ao paganismo, levando à destruição uma infinidade de bibliotecas e de insubstituíveis obras de arte greco-romanas. O resultado disso? Obediência

cega por parte do povo e estabilidade política. Nas palavras de Onfray, um “golpe de Estado magistral” de Constantino.

Motivada por esse casamento perfeito entre ambição e fanatismo, a mãe de Constantino inventou o túmulo de Cristo. Mais tarde, a Igreja Católica, já na condição de potência imbatível, sobretudo pela transformação do cristianismo em religião de Estado pelo imperador Teodósio, em 380, forjou o “santo sudário”, este, desmascarado inúmeras vezes pela ciência.

De Cristo e Constantino a Adolf Hitler. Contrariando uma certa classificação, Onfray exclui Hitler do rol dos ateus. Na verdade, Hitler teria sido um cristão, mais exatamente um católico. As relações entre o Partido Nacional-Socialista e o papa Pio XII mostram muito bem essa filiação religiosa do ditador alemão e também a simpatia política e ideológica do pontífice. O ponto de confluência ideológica e política entre a Igreja Católica e o nazismo foi o combate impiedoso aos judeus e aos comunistas. Uma consequência prática dessa aliança tácita pode ser verificada nas excomunhões do Vaticano no período da ascensão de Hitler ao final da Segunda Guerra. Dentre os excomungados, vários pensadores comunistas e escritores judeus, nenhum ideólogo nazista. Livros de Jean-Paul Sartre, André Gide e de Simone de Beauvoir foram todos para o Index. Já o *Minha Luta*, o testamento político de Hitler, não. Onfray relata ainda que quando Hitler morreu uma missa foi realizada em sua homenagem e vários mosteiros foram utilizados para acobertar os líderes nazistas em fuga. Mais: no auge do nazismo na Alemanha, enquanto comunistas, homossexuais, judeus, testemunhas de Jeová e ciganos eram perseguidos e barbarizados, a Igreja Católica alemã manteve-se ileso, para não dizer protegida.

O cristianismo de Hitler tinha como fonte ideológica a passagem bíblica dos mercadores do templo, quando o personagem Jesus Cristo, enfurecido, expulsa os judeus que faziam negócios dentro de um espaço sagrado. Tal passagem foi interpretada por Hitler e pelos ideólogos nazistas como uma declaração explícita de anti-semitismo proferida pelo próprio Cristo. Portanto, o Jesus do nazismo era bastante diferente daquele Jesus compassivo e pacífico que oferece a outra face ao inimigo. Ao que parece, esse Cristo anti-semita e neurastênico era também o Cristo do papa Pio XII e da cúpula da Igreja. Para evidenciar ainda mais essa aproximação entre o nazismo e a Igreja Católica, Onfray ressalta que ressuscitar o império cristão de Constantino foi o sonho fracassado de Hitler e de Pio XII, bem como fazer valer rigorosamente as máximas de Paulo de Tarso, dentre elas, a de queimar livros e a de obedecer cegamente às autoridades políticas.

Nem mesmo o próprio ateísmo escapou da retórica afiada e iconoclastica de Onfray. Ele chama a atenção no seu *Tratado* para a indigência bibliográfica a respeito do tema e denuncia o esforço da história da filosofia oficial para marginalizar as obras dos autores ateus em benefício de correntes e doutrinas de índole e raiz teológicas. Do mesmo modo critica os equívocos e a leviandade de livros como *História do Ateísmo*, de George Minois, e *L'Atheïsme*, de Henri Arvon, dentre outros, os quais empregam o conceito de ateísmo indiscriminadamente, sem nenhum rigor, chegando a classificar de ateus filósofos como Epicuro, Lucrecio, Hobbes, Espinosa e até Pierre Bayle. Onfray afirma com veemência que o primeiro pensador declaradamente ateu foi Jean Meslier, uma vez que ninguém antes dele sustentou textualmente a inexistência de Deus. Embora atomistas, Epicuro e Lucrecio fazem referência a deuses de átomos. Quanto a Hobbes, seus textos sugerem uma profissão de fé numa divindade, não necessariamente cristã. O mesmo poderíamos dizer de Espinosa, para o qual *Deus sive natura*. Já no caso de Bayle, mesmo mostrando simpatia por uma sociedade ateia, seus textos estão longe de permitir defini-lo como um ateu.

Com o intuito de produzir o ateísmo como uma etapa necessária rumo à superação definitiva do niilismo, a ateologia de Onfray propõe a possibilidade de se edificar “uma verdadeira moral pós-cristã”, ou seja, uma visão de mundo dionisíaca, absolutamente laica e fundamentada nas ciências, nas artes e nas filosofias lúcidas. Para isso é essencial o debate, substituindo assim as fogueiras, as perseguições e as censuras, e um diálogo pautado pelo respeito à diversidade e aos pontos de vista antagônicos, por mais contundentes e veementes que eles sejam. Que as teses e os argumentos, sejam eles ateus, religiosos ou céticos, possam se enfrentar sob um céu de total liberdade e tolerância, possibilitando aos espectadores do conflito decidirem-se sobre eles conforme o juízo de cada um. Nisso consistiria o “fundamentalismo ateu” da ateologia de Michel Onfray.

Recebido: 24/05/2009

Received: 05/24/2009

Aprovado: 02/06/2009

Approved: 06/02/2009

Revisado: 05/10/2009

Reviewed: 10/05/2009